

de Sexualidade e Práticas Corporais resultam do aprimoramento de uma proposta de “sala de espera” que, concebida por uma ginecologista do CSE como “Oficina de Climatério e Sexualidade”, se desenvolveu ao longo de uma pesquisa-intervenção com práticas corporais no CSE Paula Souza. Os encontros no formato de palestra dialogada - informando sobre climatério, higiene, prevenção e tratamento de doenças - foram processualmente reinventados, com o aporte teórico-conceitual e metodológico da Clínica Ampliada e das práticas corporais, por meio da efetiva participação da pesquisadora - profissional de educação física - e de uma enfermeira, bem como pela associação da escuta e da palavra com a experimentação do corpo, buscando a criação de um arranjo metodológico para lidar com a diversidade de questões que emergiam do contato com as usuárias. Participaram das oficinas não somente os usuários que aguardavam consulta, mas também as participantes do grupo específico de práticas corporais. A experiência reforçou a ideia de que o profissional da atenção básica é constantemente convocado a exercitar a reinvenção da produção do cuidado e que este processo tem mais chances de lograr êxito quando a oferta dialoga com as necessidades de saúde dos usuários. O arranjo desenvolvido mostrou a potencialidade da Clínica Ampliada para orientar as ações do profissional de Educação Física, bem como de outros núcleos de saberes, no que se refere ao aprimoramento no modo de planejar e operacionalizar o trabalho em saúde na perspectiva do apoio e da interprofissionalidade, o que, por sua vez, apontou caminhos acerca da proposição de ações mais participativas e coletivamente construídas com a população atendida.

OS CUIDADOS EM SAÚDE DAS MULHERES HOMOSSEXUAIS E BISSEXUAIS E OS ASPECTOS REFERENTES A VULNERABILIDADE

Abdalla, F. T. M. (1); Nichiata, L.I.Y. (1); Carvalho, P.G. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - EEUSP;

Introdução: No cenário das políticas públicas, as necessidades de saúde de mulheres homossexuais e bissexuais ainda são pouco incorporadas, e uma das iniciativas refere-se a Política Nacional de Saúde

Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Há o reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos e a cuidados diferenciados em saúde. É preciso explicitar suas necessidades de saúde para que possa ser oferecida assistência adequada a estas mulheres. Objetivos: Identificar a percepção das mulheres homossexuais e bissexuais sobre a assistência nos serviços de saúde e as formas de prevenir as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), e discutir-las diante de sua vulnerabilidade na garantia do direito à saúde. Metodologia: Estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. Foram entrevistadas mulheres cadastradas em um Grupo de Apoio as LGBT, no município de Teresina - Piauí, de março a abril de 2012. Utilizou-se a Análise Temática para análise dos dados (Minayo, 2004) e a Vulnerabilidade como referência conceitual (Ayres, 1994). A pesquisa atendeu a Resolução 196/96 e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade NOVAFAP. Resultados: Participaram 9 mulheres entre 25 a 40 anos de idade, todas com ensino superior completo e inseridas no mercado de trabalho. Sete delas identificaram-se como lésbicas e duas bissexuais. Cinco utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) de forma exclusiva. Há a percepção de que o exame do papanicolaou é fundamental para o diagnóstico precoce do câncer de colo de útero, refletindo anos de ações das políticas públicas, porém a assistência ofertada é insuficiente. Não há uma real aproximação entre o profissional de saúde e estas mulheres, dificultando respostas às suas necessidades. O uso do preservativo não é identificado como fundamental e os métodos utilizados de prevenção são inadequados, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade as DST. Conclusões: As ações de prevenção as DST/Aids devem ser ampliadas para o acesso à informação qualificada e de insumos adequados para a prevenção. A falta de políticas públicas claras e que contemplem este segmento populacional fortalece a vulnerabilidade no âmbito programático. Existem dificuldades a serem superadas para melhorar o relacionamento interprofissional e entre estes com as mulheres, sendo fundamental ampliar as discussões nos serviços e nos cursos de saúde, com vistas a enfrentar o desafio do combate à discriminação.